

Ata nº 043 da Sessão Ordinária nº 043, de
22 de agosto de 2013.

Às nove horas do dia vinte e dois de agosto de dois mil e treze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **ROSA HAGE**, presentes os Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA, JOSÉ CARLOS ARAÚJO, MARA LÚCIA e ANTÔNIO JOSÉ**; Ausência justificada dos Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES e CEZAR COLARES**; bem como a presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA REGINA CUNHA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 29 do Regimento Interno desta Corte. Convocado o Auditor Alexandre Cunha para composição de quorum, a partir do processo de nº 5 da pauta. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspiraí, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. Houve a inversão da pauta, com o julgamento do processo de nº 5 e 6: **Processo nº 244012008-00; Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito de Castanhal**; Prestação de Contas - 2008; Responsável Gustavo Nascimento Sá (01/01 a 30/04/08), Sívio Maria Teixeira Dias (01/05 a 31/12/08); 3ª Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora – Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas prestadas pelos Srs. Gustavo Nascimento Sá (01/01 a 30/04/08) e Sívio Maria Teixeira Dias (01/05 a 31/12/08), Ordenadores de despesas da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito de Castanhal - SEMUTRAN, exercício de 2008, com a expedição dos correspondentes Alvarás de Quitação nos valores de R\$-246.071,99 (duzentos e quarenta e seis mil, setenta e um reais e noventa e nove centavos) e R\$-426.053,40 (quatrocentos e vinte e seis mil, cinquenta e três reais e quarenta centavos), respectivamente. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 243232008-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal**; Prestação de Contas - 2008; Responsável Emídio José Rabelo; Instrução: Alcimar Lobato da Silva / 3º Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora – Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas prestadas pelo Sr. Emídio José Rabelo, Presidente do Instituto de Previdência do Município de Castanhal, exercício de 2008, com a expedição do Alvará de Quitação no montante de R\$-7.265.518,74 (sete milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e dezoito reais e setenta e quatro centavos). Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 13: **Processo nº 201001509-00; Associação dos Moradores de Rondon do Pará**; Convênio – Ofício nº 025/2009, 30.12.09; Interessado Elias Gonçalves de Souza; 3º Controladoria; Procuradora – Maria Regina da Cunha; Relatora – Conselheira Mara Lúcia; Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas prestadas por Elias Gonçalves de Souza, relativamente ao emprego da importância de R\$-22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais), recebidos da Prefeitura Municipal de Rondon do Pará, nos termos do Convênio de Cooperação Mútua nº 007/2009, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 20: **Processo nº 201308758-00; Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás**; Subsídio – 2013, Lei Municipal nº 491/2012, em 10.09.12; Responsável Jeová Gonçalves de Andrade; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora – Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Às nove horas e vinte minutos, a Conselheira Mara Lúcia pediu autorização do Plenário para se retirar, por motivo de doença em pessoa da família. A Presidência convocou o Auditor Alexandre Cunha para composição de quorum. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do



processo de nº 4: **Processo nº 1130022010-00; Câmara Municipal de Eldorado dos Carajás; Prestação de Contas - 2010; Responsável José Almeida Araújo; 5º Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, sem prejuízo da aplicação das multas cabíveis. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Eldorado do Carajás, exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. José Almeida Araújo, com o recolhimento, no prazo de 15 dias, aos Cofres Municipais do valor de R\$-209.000,00 (duzentos e nove mil reais), atualizados monetariamente, diante da ausência de legitimidade para despesas com diárias concedidas aos Vereadores no exercício de 2010, sem prejuízo do encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: ao FUMREAP, aplicação das seguintes multas: R\$-1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), com base no art. 120-A, III do Regimento Interno deste Tribunal, face a incorreta apropriação (empenhamento) e recolhimento das obrigações patronais durante o exercício financeiro de 2010. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro José Carlos Araújo e da Conselheira Mara Lúcia. Às nove horas e trinta minutos, o Conselheiro José Carlos Araújo assumiu a Presidência da Sessão. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 1: **Processo nº 1130012010-00; Prefeitura Municipal de Eldorado de Carajás; Prestação de contas de Governo - 2010; Responsável Genival Diniz Gonçalves; 5º Controladoria; Procuradora – Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Presente o Procurador do Ordenador de despesa, Dr. Emanuel Pinheiro Chaves, OAB nº 11607, que fez uso da palavra, nos termos do art. 50 do Regimento Interno do TCM/Pa. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Eldorado do Carajás a não aprovação das contas de Governo do Executivo Municipal, exercício 2010, de responsabilidade do Sr. Genival Diniz Gonçalves. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 1130012010-00; Prefeitura Municipal de Eldorado dos Carajás; Prestação de Contas de Gestão - 2010; Responsável Genival Diniz Gonçalves; Instrução 5º Controladoria; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Eldorado do Carajás, exercício 2010, de responsabilidade do Sr. Genival Diniz Gonçalves, Prefeito Municipal, em favor de quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação, após o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 15 dias, da multa no valor R\$-2.000,00 (dois mil reais), com base no art. 120-B, inciso IV do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da PPA, LDO, LOA, RREO's, 3º quadrimestre e Balanço Geral da prestação de contas. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 120022007-00; Câmara Municipal de Baião; Prestação de Contas - 2007; Responsável Ronilson dos Santos Lopes; Instrução Auditor Alexandre Cunha/5º Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Retirado de pauta. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo de nº 7: **Processo nº 1130052010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Eldorado dos Carajás; Prestação de Contas - 2010; Responsável Iara Braga Miranda Dias; 5º Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Eldorado dos Carajás, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade da Sra. Iara Braga Miranda Dias, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes multas: R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no art. 120-B, inciso I do Regimento Interno deste Tribunal, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 3º quadrimestre; 2 - R\$-1.000,00 (hum mil reais), pelo não recolhimento dos encargos patronais no exercício. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia e da Conselheira Rosa Hage. **Processo nº 1134022010-00; Fundo Municipal de Educação de Eldorado dos Carajás; Prestação de**



97 Contas - 2010; Responsável Jocélio da Costa Vieira; 5º Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator -
98 Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
99 Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, com ressalvas, das contas. A
100 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O
101 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de
102 Educação de Eldorado do Carajás, exercício de 2010, de responsabilidade da Sr. Jocélio da Costa Vieira, com recolhimento,
103 no prazo de 15 (quinze) dias, ao FUMREAP, da multa no valor de R\$-500,00 (quinhentos reais) com base no Art. 120-B, I
104 do RI/TCM, pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º quadrimestre e R\$-2.000,00 (dois mil reais), com
105 base no art. 120-A, item II do RI/TCM, em função da aplicação de multas e juros sobre os encargos patronais não
106 apropriados no exercício. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia e da Conselheira Rosa Hage.
107 **Processo nº 1130042010-00; Fundo Municipal de Saúde de Eldorado dos Carajás; Prestação de contas de 2010;**
108 **Responsável Clóvis Avelino Ribeiro; 5º Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Daniel**
109 **Lavareda; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
110 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**.
111 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
112 aprovação das contas, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Eldorado do Carajás,
113 exercício de 2010, de responsabilidade do Sr. Clóvis Avelino Ribeiro, com o recolhimento ao FUMREAP, no prazo de 15
114 (quinze) dias, da multa no valor de R\$-500,00 (quinhentos reais), com base no art. 120-B, I do RI/TCM, pela remessa
115 intempestiva da prestação de contas do 3º quadrimestre e R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no art. 120-A, item II
116 do RI/TCM, em função da aplicação de multas e juros sobre os encargos patronais não apropriados no exercício. Ausência,
117 por ocasião da votação, da Conselheira Rosa Hage e da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 583842007-00; Fundo**
118 **Municipal de Saúde de Portel; Prestação de Contas - 2007; Responsável Maria Ivone Gomes Pimentel (01.01.07 a**
119 **31.08.07) e Érica Elisabeth Muller Haff (01.09.07 a 31.12.07); 5º Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator –**
120 **Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o
121 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi
122 colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
123 **unanimidade**, decidiu pela aprovação, com ressalvas, da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Eldorado
124 do Carajás, exercício de 2010, de responsabilidade da Sr. Clóvis Avelino Ribeiro, com recolhimento, no prazo de 15 (quinze)
125 dias, ao FUMREAP, de multa no valor de R\$-500,00 (quinhentos reais) com base no art. 120-B, I do RI/TCM, pela remessa
126 intempestiva da prestação de contas do 3º quadrimestre e R\$-1.000,00 (hum mil reais), com base no art. 120-A, item II
127 do RI/TCM, em função da aplicação de multas e juros sobre os encargos patronais não apropriados no exercício. Ausência,
128 por ocasião da votação, da Conselheira Mara Lúcia. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo
129 de nº 12: **Processo nº 201207198 (904422002); FUNDEF de Brejo Grande do Araguaia; Recurso de Revisão**
130 **contra a Decisão do Acórdão nº 21.443, que negou aprovação a prestação de contas de 2002; Responsável Geraldo**
131 **Francisco de Moraes; 5º Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado**
132 **no DOE nº 32.461, de 19.08.2013.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
133 dos autos e manifestou-se “*pelo conhecimento e não provimento do Recurso, com a exclusão do recolhimento da multa no*
134 *valor de R\$-3.001,00, mantendo-se inalterado o teor do Acórdão nº 21.443 de 20/09/2011, em razão do não saneamento*
135 *das falhas apontadas*”. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
136 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento do Recurso e, no mérito, dou-lhe
137 provimento parcial, para modificar o teor do Acórdão nº 21.443 de 20/09/2011 e retirar a multa de R\$ 3.001,00 (três mil e
138 um reais), com fundamento no art. 120-b, do RI/TCM, pela remessa intempestiva dos 1º, 2º e 3º quadrimestres, com a
139 manutenção da decisão pela não aprovação, bem como os demais termos. Ausência, por ocasião de votação, da
140 Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 104232007-00; Fundo Municipal de Saúde de Aveiro; Prestação de Contas –**
141 **2007; Responsável Luzia Cristina Souza Chagas; 4º Controladoria; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro**
142 **Antônio José Guimarães.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
143 manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
144 **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas. Ausência,
145 por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo



de nº 14: **Processo nº 201201724-00; IPAMB/PMB;** Pensão – Portaria nº 6/12, de 03/09/12; Responsável Wanja Selma Marques Ribeiro Ferreira e Maria Eliza Ribeiro Ferreira; Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201208172-00; IPAMB/PMB;** Pensão – Portaria nº 0443/12, de 16.04.12; Responsável Benedita Borges Figueiredo; Procuradora – Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201217385-00; IPAMB/PMB;** Pensão – Portaria nº 1308/12, de 28.09.12; Responsável Raimundo Edilson Puga Ferreira; Procuradora Maria Regina Cunha; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201217484-00; IPAMB/PMB;** Pensão – Portaria nº 1314/12, 28.09.12, Responsável Antônio Amoras Nascimento Pinheiro; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201214457-00; IPAMB/PMB;** Contratos Temporários; Interessado Oséas Batista da Silva Junior; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201117826-00; IPAMB/PMB;** Contratos de nº's 42, 43, 44, 45 e 46/2011 para aquisição de Suprimentos de Informática; Interessada Oséas Silva Junior; Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator – Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se contra o cadastramento do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pelo cadastramento dos Contratos nº's 42, 43, 44, 45 e 46/11, firmados entre o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM – IPAMB e as empresas COSTA & MENESES COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS LTDA, HEINRIKUS COMERCIAL LTDA-EPP, N.R DE MIRANDA-ME, PARÁ SUPRIMENTOS E INFORMÁTICA LTDA-ME e R. CASTILHO GOMES-ME, respectivamente, determinando a juntada ao processo de prestação de contas respectiva".* **Em votação:** a Conselheira Rosa acompanhou o Relator. O Conselheiro Daniel Lavareda pediu VISTA dos autos. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. Em seguida, houve a inversão de pauta com o julgamento do processo nº 21: **Processo nº 200609584-00; Prefeitura Municipal de Curuá;** Denúncia - 2001; Denunciante Vereadores André Lopes Chaves e Jair Souza Damacena; Denunciado José Antônio Fausto da Silva; 4º Controladoria; Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela procedência parcial da denúncia, responsabilizando o Ordenador pelas irregularidades constatadas, sem prejuízo da remessa de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual e juntada de cópia da decisão aos processos de prestação de contas respectivos. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela procedência parcial da denúncia, responsabilizando o Ordenador José Antônio Fausto da Silva, pelos pagamentos realizados, devidamente discriminados no relatório, juntando-se cópia desta decisão às respectivas prestações de contas, cujas análises encontram-se em andamento neste Tribunal, para efeito de aplicação das medidas cabíveis. Ausência, por ocasião de votação, da Conselheira Mara Lúcia. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO.** O Conselheiro José Carlos Araújo pediu a palavra para saudar a presença, em Plenário, do ex



194 Deputado e ex servidor desta Casa, José Carlos Lima. Após, a Presidência declarou **ENCERRADA** a presente Sessão, às
195 dez horas e vinte minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
196 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e dois de agosto de dois mil e treze.
Visto:

Robson Figueiredo do Carmo

Secretário Geral

Conselheiro Presidente **José Carlos Araújo**
Presidente da Sessão

Conselheira Corregedora **Rosa Hage**
Presidente da Sessão